

A classe média pagou a conta

Diário do Comércio

Marcos Cintra – 12/03/2008

A classe média brasileira tem sido o estrato social mais prejudicado pela política econômica nos últimos 10 anos. Esse grupo vem sendo penalizado fortemente em função de ações que beneficiaram as camadas de renda baixa e alta. A política econômica tem beneficiado os mais pobres por conta de ações redistributivista e os mais ricos por causa dos elevados juros.

A ampliação dos programas na área da seguridade e os ganhos expressivos dos rentistas e proprietários de grandes negócios foram fatores que transferiram renda para os estratos sociais. Essa transferência de renda para o topo e para base da pirâmide exerceu forte pressão sobre o orçamento público, e a classe média esta tendo que pagar a conta.

Há estimativas que apontam que os impostos abocanham cerca de metade da renda desse grupo. É um elevado ônus composto por tributos sobre patrimônio (IPTU e IPVA), sobre o consumo (ICMS, PIS/Cofins, ISS, etc) e a renda (IRPF).

O governo, acertadamente, desenvolveu uma política que resgatou um contingente social quem viviam em condições de pobreza e miséria. Porém, isso não pode continuar sendo praticado às custas do empobrecimento da classe média. Por isso, chegou o momento de aliviar o peso dos impostos para essa classe. Afinal, esse estrato representa um dos pilares do desenvolvimento econômico e, como tal, não deveria ser castigado, como ocorre no Brasil.

O governo vem sinalizando que no processo de reforma tributária irá desonerar o IRPF criando alíquotas intermediárias de 20% e 25% entre as atuais de 15% e 27,5%. Essa medida não vai proporcionar benefícios significativos para a classe média, uma vez que a opressão tributária vívida por esse grupo é brutal.

Estive como o ministro Guido Mantega em fevereiro para expor a ele uma proposta que será encaminhada pela bancada do Partido da República (PR) na Câmara dos Deputados e que irá efetivamente aliviar o custo tributário para a classe média. A idéia é acabar como o imposto de renda das pessoas físicas até um determinado limite.

Para beneficiar a classe média, propus que fosse extinto o IRPF até um determinado valor, que poderia chegar a um teto de R\$ 30 mil por mês, ou seja, para quem ganha acima desse limite o imposto continuaria existindo com alíquota de 27,5%.

A alternativa para substituir a arrecadação obtida dos que ganham abaixo desse limite se daria através da cobrança do imposto de renda mínimo, que seria arrecadado através de uma alíquota de 0,5% sobre o crédito das movimentações financeiras.

Não haveria cobrança das pessoas que movimentam até o limite de isenção do IRPF, que, que hoje é de R\$ 1.372,81

Para se ter uma idéia, o IRPF arrecadou R\$ 56 bilhões em 2007 e as pessoas que ganham mais de R\$ 30 mil pagaram R\$ 6 bilhões. A cobrança de 0,5% sobre as movimentações financeiras arrecadaria R\$ 46,5 bilhões e a diferença para chegar aos R\$ 50 bilhões (R\$ 3,5 bilhões) poderia ser obtida com a regulamentação do Imposto sobre Grandes Fortunas, previsto no artigo 153 da Constituição, ou através da redução do limite mensal de R\$ 30 mil para R\$ 25 mil ou outro valor a ser definido.

MARCOS CINTRA É DOUTOR EM ECONOMIA PELA UNIVERSIDADE DE HARVARD (EUA) E VICE-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS.

MCINTRA@MARCOSCINTRA.ORG